

# O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875  
JULIO MESQUITA (1862—1927)

Terça-feira 27 de JUNHO de 2023 • R\$ 6,00 • Ano 144 • Nº 47369  
estadão.com.br



WILTON JUNIOR/ESTADÃO

## A 4 meses de eleição, Fernández busca ajuda no Brasil pela 4ª vez no ano

O presidente argentino, Alberto Fernández, foi recebido no Planalto e saiu com a promessa de financiamento do BNDES a empresas ligadas ao plano de levar um gasoduto até o Brasil. O uso do banco em obras no exterior já gerou calote superior a R\$ 1 bilhão. — A14

Cidade de São Paulo — A15

## Novo plano libera até 148% mais prédios perto de trem e metrô

— Aprovado, texto vai à sanção do prefeito e pode ser judicializado

Aprovada na Câmara Municipal por 44 votos a 11, a revisão do Plano Diretor de SP permitirá aumento na verticalização de 148% no entorno das áreas de estações de trem e metrô da cidade, segundo projeção do Laboratório Arq. Futuro de Cidades, do Insper. Os eixos de verticalização têm uma série de incentivos municipais para a

construção de apartamentos, como a liberação de prédios sem limite de altura. O texto passará pela sanção do prefeito Ricardo Nunes (MDB) e sua execução dependerá da revisão da Lei de Zoneamento, que será feita nos próximos meses. A última audiência pública ocorreu na manhã de ontem. A bancada do PSOL disse que vai levar a questão à Justiça.

### O que pode mudar na sua quadra



Remédio melódico — C8

## Música para se concentrar, e não é a clássica

Para psiquiatra, canções familiares, não importa tanto o gênero, trazem foco. Ele sugere hits contra raiva, estresse e tristeza.



Laura Cardoso, 95 anos — C1  
'Novela é ilusão, por isso não vai acabar'

Crise na Rússia — A12

Líder mercenário nega plano de golpe; Putin exalta 'união'

Suspeita de intoxicação — A17

Casal de turistas morre em chalé em Monte Verde (MG)

Futebol — C6 e C7

Clubes usam tecnologia e ciência na prevenção de lesões

Coluna do Estadão — A2

Lula já traça planos para minar Zema e Tarcísio

Eliane Cantanhêde — A7

A política em pausa para as festas

Raquel Landim — B2

A contaminação política dos debates sobre juros

E&N Entraves — B1 a B3

## Desoneração da folha, o novo impasse na reforma tributária

Setores que defendem a reforma tributária argumentam que a desoneração da folha de pagamentos tem de ser garantida já, não pode ser promessa para o futuro.

*"É como quando a criança pede algo e a mãe fala: 'Na volta, a mamãe compra'"*  
Luiz Bichara, tributarista

E&N Negócios — B8

## Endividado na Europa, grupo Casino vai vender o Pão de Açúcar

Companhia espera levantar pelo menos R\$ 4,6 bilhões com o negócio. Rede tem cerca de mil lojas.

E&N Tecnologia — B6

## Inteligência artificial já executa tarefas para as quais não foi programada

Tudo indica que as máquinas aprendem a fazer operações sem que seja possível saber como elas operam.

Foz de Amazonas — A6

## Ibama rejeita mediação da AGU e projeto do 'novo pré-sal' vive impasse

Alexandre Silveira (Minas e Energia) sugeriu entrada da Advocacia-Geral da União. Ibama diz que decisão é técnica.

Notas e Informações — A3

## Inelegibilidade é constitucional

Que a Justiça Eleitoral aplique com rigor a lei — e só a lei — em todos os casos.

A ameaça ao poder de Putin

Edição de hoje

3 CADERNOS — 40 páginas

Caderno A. Opinião, Política, Internacional, Metrópole, Saúde, Esportes. Para fechar...  
E&N. Destacar Economia & Negócios

C2. Cultura & Comportamento.  
A fundo

Tempo em SP

13 Min. 27 Max.

ISSN - 1516-293-1

071114-90100



Tributação 'Na volta, mamãe compra'

# Desoneração da folha vira novo impasse em reforma tributária

— Juristas e empresários criticam dispositivo no texto do relator na Câmara que só indica corte de imposto em mudança futura do sistema

ADRIANA FERNANDES  
MARIANA CARNEIRO  
BRASÍLIA

Um novo impasse surgiu no caminho da reforma tributária, e desta vez tem a ver com dispositivo previsto pelo relator do texto na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), determinando que o aumento previsto de arrecadação com a reforma da renda (tema que só deve entrar em pauta no segundo semestre) será usado para a desoneração da folha de salários. Entre tributaristas e representantes de seto-

res que defendem que a reforma tributária tem de estar acompanhada de uma redução da contribuição previdenciária que incide sobre a folha, a medida passou a ser chamada de "na volta, mamãe compra".

A PEC em tramitação no Congresso corresponde à primeira fase da reforma tributária, que trata dos impostos que incidem sobre o consumo, como o ICMS (dos Estados), ISS (dos municípios), PIS/Cofins e IPI (do governo federal). Já a reforma da renda corresponderia a uma segunda etapa, prevista para depois de julho.

"É igual quando a mãe vai ao shopping, a criança pede um negócio e ela fala: na volta, a mamãe compra", diz o tributa-

**Por etapas**  
O governo dividiu a reforma tributária em duas partes, começando pelos impostos sobre consumo

rista Luiz Bichara, sócio da Bichara Advogados, que questiona a eficácia do dispositivo.

A proposta incluída no texto, que faz um aceno à frente, é

uma tentativa do relator de enfrentar resistências à reforma, sobretudo das empresas do setor de serviços, que alegam que vão ter aumento de carga tributária.

**'PAGAR A CONTA'**. Grande empregador, o setor de serviços defende há anos a volta de tributo nos moldes da antiga CPMF para financiar a desoneração da folha de salários das empresas. Em outra frente, 17 setores já beneficiados pela desoneração pressionam para que a Câmara conclua a votação de projeto que prorroga o benefício até 2027.

O presidente da Confederação Nacional de Serviços (CNS), Luigi Nese, defende a renovação do benefício e sua ampliação. "Temos feito um trabalho para que haja uma desoneração total do serviço como um todo, e não só para os 17 setores", diz. Segundo ele, a reforma tributária não será completa se não existir a desoneração da folha de pagamentos. "Do contrário, o setor de serviços vai pagar a conta sozinho com a proposta do IVA (Imposto sobre Valor Agregado)", critica.

O relator incluiu no seu parecer um comando constitucional obrigando que a proposta de reforma da renda seja enviada pelo governo Lula no prazo de 180 dias após a promulgação da primeira etapa da reforma tributária. O secretário extraordinário de reforma tributária do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, já disse que o início da desoneração será discutida junto com a proposta de reforma da renda, mas não entra em detalhes. ●

REFORMA ESTÁ CAMINHANDO PARA UM MONSTRENGO, DIZ ECONOMISTA. PÁG. B2

**29/06/23 - 16h, LEILÃO SOMENTE ONLINE**

# AERONAVE

## NEIVA S/A - PT RAL - 721C

**MOTOR DE CAIXA C/ MENOS DE 200 HORAS - JP MARTINS**

**PILOTO AUTOMÁTICO ACOPLADO**

**HÉLICE, PNEUS, FREIOS E MANGUEIRAS NOVAS**

**LANCE INICIAL: R\$ 1.100.000,00**









● FULL IFR ● DOIS HORIZONTES ● ILS - VOR - NDB ● ESPELHOS E MARCADOR DE COMBUSTÍVEL NAS ASAS

● GPS NO PAINEL DE CONTROLE E NO MANCHE ● INTERIOR EM COURO ● PINTURA EM PU



**WWW.SODRESANTORO.COM.BR**  
Aponete a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.

**SODRESANTORO**  
SODRESANTORO  
LEILAOSODRESANTORO  
(11) 2464-6464  
(11) 97777-1244



**SODRÊ SANTORO**  
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE  
Otávio Lauro Sodrê Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 607

AERONAVE NEIVA- MODELO EMB-721C - SERTANEJO 1980. Descrição: Aeronave NEIVA S/A, MARCA PT RAL, MODELO 721C, Nº SÉRIE 72114, HORAS TOTAIS 5.182,6. Sertanejo 1980. Condições de venda e pagamento: 100% no ato da arrematação mais 5% do total como comissão do Leiloeiro. As demais condições constam no site www.sodresantoro.com.br.

Manutenção e documentação em dia. As visitas deverão ser agendadas com o leiloeiro através do telefone (11) 2464-6464. Localização: Araçatuba/SP.

## A contaminação política do debate sobre os juros

### ARTIGO

**Raquel Landim**  
Jornalista, é analista da  
CNN Brasil

**S**em força para derrubar a autonomia do Banco Central (BC) no Congresso, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva quer destruí-la na marra. Não só retomou os ataques contra o BC, como convocou empresários e políticos para clamar pela queda dos juros.

Nos últimos dias, mais vozes se juntaram aos apelos pelo corte da Selic, seja porque os estoques estão altos nas fábricas e no comércio, seja por vontade de ficarem mais próximas

do governo de turno.

As reclamações dos setores são legítimas, mas o tom do debate sobre os meios de comunicação e entre parlamentares por força dos lobbies, embaralhando um debate que é árido.

Ninguém gosta de juro alto. Encarece os empréstimos, torna mais distante a compra do carro e da casa própria. Na outra ponta, é difícil enxergar os benefícios da política monetária restritiva. Quando a inflação recua e o real se valoriza, poucos compreendem que o juro mais alto por um período colaborou para o resultado.

O ambiente politicamente contaminado também leva o BC a ser mais conservador no afã de se mostrar independente. O mercado de trabalho se-

**Ao entrar no jogo de Lula neste momento, o setor privado coloca em risco, na prática, a autonomia do BC**

que aquecido e os preços dos serviços, em alta, mas caiu a inflação dos alimentos e o real se valorizou, barateando os

produtos atrelados ao dólar.

Os atritos são tantos que minaram a relação do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e do presidente do BC, Roberto Campos Neto. Pressionado pelo Planalto, Haddad cobra senso político nas manifestações públicas do BC, enquanto Campos Neto vai na direção contrária, reforçando na comunicação com o mercado a autonomia que sente sob ameaça.

O pano de fundo da disputa é o inconformismo de Lula com um chefe do BC que não foi escolhido por ele. É isso que os empresários que atendem aos apelos do presidente parecem não entender. De novo, a insatisfação com os juros altos é justificável, mas, ao entrar no jogo de Lula neste mo-

mento, o setor privado coloca em risco, na prática, a autonomia que o BC brasileiro demonstrou tanto para conquistar.

Foi a independência do BC que garantiu uma transição com menos solavanco – pelo menos no câmbio, que não disparou – entre Jair Bolsonaro e Lula. Em 2027, se vencer um candidato de direita, a situação se inverte. Ai, é um governo de direita que vai ter que lidar com um presidente do BC escolhido pela esquerda.

Não se trata, portanto, de uma instituição política, mas de um órgão técnico, que assim deveria se portar e ser respeitado. Melhor faria o governo e o setor privado se esquecessem o BC e focassem seus esforços em salvar a reforma tributária. ●

Felipe Salto

## ‘Reforma segue para se tornar um monstrengo’

— Para especialista, conselho federativo que vai operar regime tributário é uma ‘aberração’

### ENTREVISTA

**Economista-chefe e sócio da Warren Renna, professor do IDP, foi secretário da Fazenda e Planejamento de SP e o 1.º diretor da IFI**

**ADRIANA FERNANDES**  
BRASÍLIA

**O** Ex-secretário de Fazenda do Estado de São Paulo, o economista Felipe Salto avaliou que a reforma tributária está “caminhando para (ser) um monstrengo” com o parecer do relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (Progressistas-PB).

Ao *Estadão*, Salto critica as exceções e a criação do Conselho Federativo, que será instituído para a gestão do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que substituirá o ICMS dos Estados e o ISS dos municípios.

“Existe agora uma feira onde se está debatendo o varejo dos pedidos que chegam”, diz o ex-secretário, atual economista-chefe da Warren Renna. A seguir, os principais trechos da entrevista.

**Qual a sua avaliação sobre o parecer da reforma tributária divulgado na semana passada?**

Entendo que o substitutivo confirmou as piores expectativas. A promessa de uma reforma para criar o IVA (Imposto sobre Valor Agregado), no padrão internacional, vai caminhando para (ser) um monstrengo, algo que só existirá aqui no Brasil. Veja: vamos ter, no caso do IBS, o imposto subnacional que unirá o ICMS ao ISS, uma série de exceções, possibilidades de redução de alíquota de 50% a 100%, além de uma lista a ser publicada por lei complementar, conforme o próprio artigo oitavo sugere. Além disso, o Conselho Federativo é uma verdadeira aberração. Ele terá poderes até



Salto critica relatório feito pelo deputado Aguinaldo Ribeiro

mesmo para iniciativa de lei complementar, conforme mudança proposta no artigo 61 da Constituição Federal. Vai arrecadar, distribuir, normatizar, cuidar dos créditos e ainda operar todo o regime. Isso é uma sandice, não vejo outro termo.

**A alíquota terá de ser maior por causa de tanta exceção?**

O resultado final, temo, é uma alíquota bem mais alta que a “estimada”, de 25%. Aliás, ninguém poderá garantir alíquota alguma. A alíquota de referência será fixada anualmente pelo Senado e o Tribunal de Contas da União vai subsidiar o processo, com vistas a garantir certo cenário de referência estimado para a arrecadação. O Conselho vai meter o bedelho nisso também, provendo informações. Imagine o grau de judicialização. Vejo isso com muito receio. Confiar em técnicos de alto gabarito, como Bernard Appy, cujo trabalho conhecido há muito tempo e que inclusive foi membro do Con-

selho da Instituição Fiscal Independente do Senado a meu convite. Mas isso não anula as críticas que eu, como especialista, tenho de fazer. Ao contrário, preciso alertá-los de que sua proposta original, a PEC 45, já não existe mais. Existe agora uma feira onde se está debatendo o varejo dos pedidos que chegam e, conseqüentemente, o conjunto de ajustes e mudanças no texto. Veja que, de saída, há uma lista de exceções.

**Mas você não respondeu sobre a calibragem da alíquota...**

Alógica desse sistema proposto é tão ruim que a calibragem das alíquotas será feita uma vez por ano e, se houver erro, será azar de quem perdeu e sorte de quem ganhou. Como se trata de estimativa, a chance

**“A mudança maior da reforma tributária não era justamente acabar com a guerra fiscal? Não acabará. Vai perpetuá-la, mas agora com dinheiro da União”**

de haver erro é altíssima; é o cenário mais provável. A incerteza para o setor produtivo é muito elevada. Mas o que mais preocupa – e poucos têm discutido – é a garantia dos créditos por meio da tal Conta Centralizadora, a cargo do Conselho Federativo, uma estranha estrutura mais poderosa do que qualquer governador ou governadora de Estado, nos moldes propostos no substitutivo. Se os créditos forem destinados automaticamente a quem de direito, isto é, a quem tiver adquirido o direito a eles ao longo das etapas intermediárias de produção, quem será res-

ponsável por verificá-los? E se forem derivados de notas fraudadas? Como será esse processo? Vende-se gato por lebre. Fui secretário da Fazenda e não acredito nem por um minuto em um modelo que surrupie poder dos Estados e entregue de mão beijada a uma estrutura incerta, que vai ainda ser desenhada por lei complementar. Quem vota? Quem decide? Isso não tem cabimento

**A proposta não replica os incentivos fiscais ao permitir que os Estados usem recursos do fundo de compensação de benefícios fiscais para bancar subsídios, ou seja, incentivos?**

A mudança maior da reforma não era justamente acabar com a guerra fiscal? Não acabará. Vai perpetuá-la, mas agora com dinheiro da União. Os incentivos vão perdurar, mas agora bancados com o chapéu da União. E o fundo dos incentivos, criado especialmente para isso, vai receber aportes já a partir de 2025, enquanto o IBS só será instituído em 2029, com transição até 2032.

**A reforma traz risco de aumento da carga tributária?**

Sobre a carga tributária, não há qualquer garantia de que ficará estável. Isso é conversa mole, até porque se está criando um imposto cuja alíquota é simplesmente desconhecida. Vamos nos entender: essa reforma é temerária. Ao mesmo tempo em que o arcabouço foi um golaço do ministro (da Fazenda) Fernando Haddad – e eu fui o primeiro a dizer isso, com base em estudo técnico e avaliação, como sempre fiz –, tenho a mesma tranquilidade de dizer que esse texto da reforma tributária precisa urgentemente ser corrigido. Estamos marchando com celeridade para o abismo. ●

NOTAS E INFORMAÇÕES

## A escalada da inadimplência



**Quase metade dos brasileiros não consegue pagar suas dívidas, maior proporção desde 2016**

**L**evantamento da Serasa Experian de abril informa que 71,4 milhões de brasileiros, o equivalente a 43% da população adulta, estão comprometidos com dívidas em aberto. É o maior número verificado des-

de janeiro de 2016, quando o Brasil vivia os efeitos de uma forte recessão. Em conjunto, esses inadimplentes devem R\$ 340,6 bilhões, outra cifra impressionante. Ao constatar que boa parte do passivo se concentra no cartão de crédito e no cheque especial, a pesquisa expõe a espiral de endividamento que corrói o poder de compra das famílias e torna a poupança inviável.

O quadro é dramático para os fundamentos da economia. Mas, sobretudo, pesa no dia a dia de famílias apertadas para cobrir suas despesas básicas com o orçamento disponível, que recorrem às dívidas e à escolha de quais contas não pagar. Em abril, 700 mil pessoas físicas ingressaram na lista de inadimplência. Na comparação com o mesmo mês de 2022, foram 5,3 milhões a mais acossadas pelas cobranças.

Os dados mostram que 69,6% dos inadimplentes estão na faixa etária de 26 a 60 anos de idade. Em tese, em plena capacidade de trabalho. Há crescimento gradual nessa esfera e também na dos negativados com mais de 60 anos, que em abril responderam por 17,8% do total. Entre aposentados e trabalhadores ainda ativos, os mais velhos estão expostos a assumir o papel de arrimo de família e aos apelos da armadilha do crédito consignado.

As causas desse cenário são há muito conhecidas. O aperto monetário em vigor pelo Banco Central, sem sinal de arrefecimento desde agosto de 2022, vem sendo apontado como indutor da escalada gradual da inadimplência. Desde janeiro passado, há mais de 70

milhões de brasileiros nessa condição. Na ponta, a Selic e a alta inadimplência alimentam a lógica dos juros extorsivos aplicados por bancos e empresas financeiras, que tendem a tornar as dívidas impagáveis.

A renda do trabalho, estagnada há quase um ano, também tem efeito direto sobre esse cenário, que certamente seria pior sem os benefícios do Bolsa Família. Há de considerar ainda o fato de a desaceleração dos índices de preços ao consumidor em abril não ter sido suficiente para conter o aumento da inadimplência de pessoas físicas. A inflação continua a roer a renda e a provocar o endividamento.

Há potencial alívio desse quadro no segundo semestre com a antecipação do pagamento do 13.º salário para os aposentados e com a aprovação do projeto de lei sobre o aumento do salário mínimo acima da inflação. O programa Desenrola pode dar contribuição substancial, porém não definitiva, ao aliviar o peso das dívidas. Sua implementação pelo governo federal tarda já quatro meses.

A solução para esse drama depende essencialmente do crescimento sustentável, numa escala mais ambiciosa que a atual, para que tenha real impacto sobre a renda do trabalho e o emprego formal. Até o momento, a inadimplência de quase metade dos brasileiros é um dos freios a esse objetivo. É preciso considerar, também, que a situação real provavelmente é bem pior: a Serasa Experian não inclui as dívidas com os agiotas. ●

### Reforma tributária Negociação no Congresso

## 'Não adianta só resolver o curto prazo', afirma Haddad

AMANDA PUPO  
EDUARDO RODRIGUES  
BRASÍLIA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que não adianta nada fazer uma reforma tributária abrindo concessões para destravar impasses de curto prazo em nome da aprovação do texto no Congresso, porque isso pode colocar em risco o cumprimento do novo sistema no futuro.

A avaliação foi feita após Haddad ser questionado sobre o pleito de governadores em torno do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR). Enquanto a Fazenda aceita repassar até R\$ 40 bilhões para o fundo – que vai compen-

qui a cinco anos não conseguir cumprir. Temos de fazer uma coisa que todo mundo, independentemente de onde esteja, consiga cumprir. Ninguém sabe o dia de amanhã, então, amanhã governador é presidente da República, ele tem de saber que vai ter de cumprir essa emenda constitucional (da reforma tributária), não pode facilitar", disse Haddad.

Questionado sobre "concessões" em nome das negociações da proposta nesta reta final, o ministro da Fazenda rejeitou a ideia e avaliou que, uma vez que os impactos da reforma serão diluídos ao longo do tempo, "ninguém está pensando no próprio umbigo".

"Não tem concessão, eu vou explicar o porquê: não tem impacto agora, os impactos são muito diluídos no tempo. Isso é uma virtude, porque, ao diluir no tempo, ninguém está pensando no próprio umbigo, todo mundo pensando no que é melhor para o País. Então, não pode se falar em concessão, tem de se falar em busca de equilíbrio, ninguém vai ser governador, ministro, vai ter uma dança de cadeiras", respondeu.

**CESTA BÁSICA.** Ainda sobre as divergências em torno do modelo de tributação de itens da cesta básica, Haddad afirmou que, em reta final de negociações complexas, todos irão se manifestar. "Isso é normal. Em reta final de negociação complexa, todo mundo se manifestando. Mas você tem ali o colegiado representativo do povo, da federação, e vai ter uma conclusão do processo, estou muito confiante", disse.

A adoção de uma alíquota reduzida (equivalente a 50%

da alíquota "cheia") para os produtos da cesta básica, prevista no texto divulgado pelo relator da reforma tributária

na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PPPB), provocou críticas do setor supermercadista, que prevê aumento da carga tributária que incide sobre os alimentos. Hoje, os produtos da cesta são isentos de tributos federais.

O presidente da Associação Brasileira dos Supermercados (Abbras), João Galassi, afirma que a entidade começou a fazer contas para saber qual será o impacto da medida, e defende que a votação do texto seja adiada para agosto. ●

## HOTEL E GOLFE CLUBE DOS 500



## Conheça esse paraíso!

**Equipe de Lazer** - Atividades Infantil e Adulto

**Esportes** - Golfe, Beach Tennis, Futebol, Tênis, Bocha e Pista de Cooper

**Bem Estar** - Espaço Zen, Massagem, Jacuzzis, Fitness Center e Sauna

**Lazer** - Piscinas, Bicicleta, Piquenique, Salão de Jogos, Pesca no Lago e Cinema

**Arte** - Oscar Niemeyer, Di Cavalcanti e Burle Marx

**Gastronomia** - Restaurante Di Cavalcanti e Pizzaria

FAÇA SUA RESERVA! ☎ 12 3132-3555

Localizado a apenas duas horas de São Paulo, o Hotel & Golfe Clube dos 500 combina arte, bom gosto e hospedagem.

HOTEL E GOLFE  
CLUBE DOS  
500

Rod. Presidente Dutra, Km 60  
Guaratinguetá - SP  
@hotelclubedos500

Conheça o hotel  
escaneando  
o QR Code!

